

TONY SPAWFORTH

UMA NOVA HISTÓRIA
DO MUNDO CLÁSSICO

Tradução de
Paulo Mendes

alma
dos
livros

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	9
-----------------------------	---

Prólogo — Os selvagens e os domesticados: visões ancestrais da civilização.....	11
--	----

PARTE I — Os gregos

1 A aurora da civilização grega	27
2 A ascensão dos helenos	47
3 Novidades: as primeiras cidades-estado gregas.....	63
4 Tão rico como Creso: os primeiros gregos e o Oriente	80
5 Grandes gregos: a colónia grega a Ocidente	96
6 Os novos vizinhos (ocidentais).....	113
7 «Soberano de todos os homens»? A ameaça da Pérsia.....	129
8 O mesmo, mas diferente: Atenas e Esparta	145
9 «Sofrimento inaudito»? A Guerra do Peloponeso.....	162
10 Vidas analisadas e bocas de ouro	178
11 «Um brilhante relâmpago»: Alexandre da Macedónia.....	194
12 A guerra dos tronos, ou o mundo após Alexandre	210

Parte II — Os romanos

13 <i>Senatus Populusque Romanus</i>	231
14 Soldados no terreno: expansão do Império Romano.....	248
15 Ave, César! O advento dos autocratas.....	265
16 «A feroz Roma, cativa»? O encanto da Grécia	283

17 O que fizeram os romanos pelo seu império?	302
18 «Bárbaros» às portas.....	318
19 O «Movimento de Jesus»	335
20 Unidos venceremos: o derradeiro século.....	351
21 Divididos cairemos: uma história de dois impérios	367
Epílogo.....	383
<i>Cronologia</i>	387
<i>Notas</i>	395
<i>Leituras complementares</i>	421

Mapas

1. A Grécia e o Mundo Egeu.....	28
2. O Mediterrâneo Oriental e o Próximo Oriente	82
3. Itália.....	97
4. Ásia Central.....	211
5. O Ocidente.....	301

AGRADECIMENTOS

TENHO DE ESTAR GRATO A MUITAS PESSOAS e instituições que, ao longo de vários anos, me forneceram diversos tipos de ajuda e oportunidades que se relevaram úteis na redação desta obra, incluindo: Carla Antonaccio; Josephine Balmer; Bob Barber; Richard Bidgood; Manfred Bietak; John Boardman; British School de Atenas (o Capítulo Onze baseia-se na minha investigação enquanto professor convidado nessa instituição em 2014); os falecidos Hector e Elizabeth Catling; Erica Davies; Esther Eidinow; Nelson Fernandez; Anastasia Gadolou; David Gill; Heinrich Hall; Paul Halstead; Andrew Hobson; Simon Hornblower; Monica Hughes; Lucia Iacono; Joint Library of the Societies for Hellenic and Roman Studies, em Londres, e os seus funcionários; Peter Jones; Nota Karamaouna; Marie-Christine Keith; Stephanie e Nigel Kennell; Maria Lagogianni; Jona Lendering; Chris Mann; o falecido Chris Mee; Michael Metcalfe; o falecido John Moles; Lyvia Morgan; Andrew Parkin; Derek Phillips; Chrysoula Saatsoglou-Paliadeli; Rowland Smith; Allaire Stallsmith; Ann Steiner; Lucrezia Ungaro; Manuel Vason; Rania Vassiliadou; Sally Waite; Susan Walker; Jennifer Webb; e John Wilkes.

Agradeço particularmente a Paul Cartledge, não só pelas conversas proveitosas, mas também pelo seu escrutínio rigoroso de um primeiro manuscrito. Sinto-me grato pelos comentários sensatos e cuidadosos dos leitores anónimos de Yale, que me esforcei ao máximo por contemplar. Em termos mais gerais, agradeço aos académicos cujas obras e investigação assimilei no meu pensamento e na minha escrita. Existem muitos mais do que os identificados na bibliografia limitada no final deste livro.

As falhas que subsistem, sejam de que natureza forem, são da minha exclusiva responsabilidade.

Tive a sorte de poder testar algumas ideias de como escrever este livro enquanto orador em viagens culturais organizadas pelas empresas Cultural Travel Company, Martin Randall Travel Company, Peter Sommer Travels e pela associação UK Friends of the British School at Athens. Agradeço a paciência, o interesse e as observações de todos os participantes nestas visitas guiadas e que foram mais úteis do que aquilo que poderiam imaginar.

Na Yale University Press, agradeço às editoras do livro, Marika Lysandrou, cujas sugestões ajudaram significativamente a melhorar a qualidade desta obra, e Rachael Lonsdale, que a acompanhou até à publicação. Obrigado a Heather McCallum, que me convidou a escrever este livro, encorajando-me ao longo de todo o processo.

O meu agradecimento a Andrew Lownie pelo seu apoio, tanto moral como prático. Por fim, como sempre, a minha profunda gratidão a Lee Stannard.

TONY SPAWFORTH

Janeiro de 2018

Prólogo

OS SELVAGENS E OS DOMESTICADOS: VISÕES ANCESTRAIS DA CIVILIZAÇÃO

HÁ MAIS DE DOIS MIL E QUINHENTOS ANOS, provavelmente em finais do século VIII a. C., um poeta narrou eventos que ocorreram durante um cerco de dez anos à cidade de Troia. Esse poema — a *Ilíada* — marcou o início de uma das maiores e mais antigas tradições narrativas, ainda influente nos dias que correm. À semelhança da própria palavra «história», essa tradição é uma dádiva que os gregos da Antiguidade nos deixaram.

Este livro oferece ao leitor a minha própria narrativa. A sua ambição é disponibilizar um relato acessível do enorme período histórico da Antiguidade, que deve ser tido em conta na apreciação não só da ancestral sociedade que nos deu, entre muitos outros, o poeta Homero, mas também dos posteriores séculos da Antiguidade, em que uma nova e aparentemente imparável força — os romanos — adotou e perpetuou o legado cultural da Grécia Clássica.

Durante séculos, quando a era cristã já decorria há algum tempo, os gregos da Antiguidade, os seus modos de vida e tradições culturais encontraram refúgio por detrás do poderio militar dos legionários que guardavam o Império Romano. Graças aos romanos, inúmeros tipos de fragmentos da cultura da Grécia Antiga sobreviveram até ao mundo medieval. Alguns subsistiram até aos nossos dias.

Este livro conta a história de uma «civilização». Na minha opinião, cerca de dois milénios depois, no que toca às antigas Grécia e Roma, é a sua civilização que constitui o verdadeiro motivo de fascínio atualmente. A minha narrativa versa sobre a edificação dessa civilização pelas mãos de muitos intervenientes e, tal como todas as histórias, tem um início.

Por volta de 440 a. C., um artesão que trabalhava nas olarias de Atenas decorou uma jarra com a figura de um homem-serpente. Presentemente num museu de Berlim, este objeto representa uma figura de barba segurando um bordão. Até aqui, tudo normal — no entanto, da cintura para baixo, possui espirais de serpente em vez de pernas. Os gregos designavam este tipo de ser sobrenatural como «dragão», ou *drakōn*: daí «Draco» Malfoy de Slytherin, o arqui-inimigo de Harry Potter. Na decoração da jarra, o pintor tinha em mente um «dragão» específico. Fez questão de acrescentar a tinta, para quem conseguisse ler caracteres gregos, o nome «Cécrope».

Os autores da Antiguidade chamavam Cécrope a um rei lendário de Atenas. Nas histórias que contavam, atribuíam-lhe o mérito pela civilização dos antepassados atenienses, ao inventar a instituição do casamento — dizia-se que os primeiros atenienses se dedicavam ao amor livre. Também os iniciou na escrita, no enterro dos mortos e na edificação urbana. Gratos pelas suas dádivas, os atenienses criaram um templo a esse rei-serpente na Acrópole. Aí, muito perto do Pártenon, os seus descendentes ainda o veneravam com rituais religiosos nos primeiros séculos cristãos.

Contudo, este não foi o único modo como os gregos imaginaram a sua viagem do estado selvagem até à civilização. No mesmo período, alguns gregos contavam uma história nova e radical. Num dia de primavera, também por volta do ano 440 a. C., uma audiência com cerca de doze mil atenienses reuniu-se nas encostas da Acrópole, num edifício especial feito de madeira. Estavam ali para desfrutar de uma nova forma de arte que, numa definição moderna, «replicava experiências humanas, com pequenas alterações»¹ — ou, como dizemos atualmente, representações dramáticas, peças de teatro.

A determinado ponto, o público ouviu um coro de atores masculinos a imitar idosos enquanto entoavam os seguintes versos: «As maravilhas são abundantes, e nenhuma é mais admirável do que a Humanidade.»² Até numa tradução do grego antigo, estas palavras do dramaturgo (o ateniense Sófocles) parecem extraordinárias. Num mundo cheio de super-humanos, a frase deste autor nada concede aos poderes das figuras lendárias ou dos deuses. Ao invés, entende a civilização como uma criação humana. Como o coro explicava em seguida, os humanos ensinaram-se a si mesmos a caçar e pescar, a domesticar

os animais selvagens e a utilizá-los para arar as terras e cultivá-las, a navegar os mares, a comunicar através de palavras, a construir casas, a viver em comunidades e a evitar algumas doenças.

Esta ideia grega de uma ascensão cultural do ser humano desde os inícios primitivos, alcançada apenas através das capacidades humanas, pode parecer-nos moderna. Transmitem as novas formas revolucionárias de pensar a natureza humana, surgidas em determinadas zonas do mundo grego nos séculos VI e V a. C.

Atualmente, recorremos aos arqueólogos, a par de vários outros peritos com disciplinas que começam com o prefixo «paleo», para reconstituir os primeiros passos da Humanidade no sentido da complexidade cultural. Os gregos antigos nunca desenvolveram as ferramentas, conceptuais ou práticas, para este tipo de investigação. Durante séculos, viveram com duas explicações das origens culturais que eram, em essência, incompatíveis. Uma enfatizava a intervenção sobre-humana, a outra as capacidades inatas da Humanidade.

As dádivas de Cécropo aos atenienses primitivos incluíam dois critérios comuns ao que atualmente nos referimos com o termo civilização: a vida urbana e a escrita. Os gregos tinham uma palavra para este estado — *hēmerotēs*. Uma tradução comum é «civilização». O sentido essencial é «domesticação», intimamente ligado a noções de comportamento «amável» ou «compassivo». Para os gregos, o oposto era a «selvajaria» da natureza crua, mas também dos humanos. Ao contrário de muitos habitantes das cidades atuais, os gregos antigos viviam em proximidade com a natureza indomada. Não se tratava apenas de raposas e gaivotas urbanas. No século IV a. C., ainda havia leões no norte da Grécia.

No inteligentemente concebido último andar do Museu da Acrópole, no centro de Atenas, os visitantes podem percorrer o exterior do Pártenon — ou melhor, andar em redor de uma exibição de fragmentos de figuras de mármore que outrora adornaram o exterior daquele que foi o templo mais bem concebido dos gregos antigos, iniciado em 447 a. C. Ao vermos essa exposição, ficamos com um claro sentido do que, em termos de esforço e custos, está subjacente às principais enumerações estatísticas do Pártenon que encontramos nos manuais.

Mesmo abaixo das caleiras, o templo era percorrido a toda a volta por um conjunto de lajes esculpidas. Cada uma media cerca de

1,20 x 1,20 metros e tinha figuras gravadas num relevo com pouco menos de 30 centímetros. Só dessas lajes havia 92 (92!) no edifício original, independentes de um friso contínuo de figuras esculpidas e aglomerados de estátuas completas em ambos os frontões.

Para o tema das 92 lajes, a comissão de cidadãos democráticos a cargo do projeto aprovou uma escolha de quatro histórias de guerra e destruição, todas passadas nos tempos lendários da Grécia. Numa das histórias, surgem seres fantásticos — homens na parte superior, cavalos na inferior — a pisar e sufocar gregos nus de corpos perfeitos que, apenas com os braços e as pernas, ripostam até alcançarem a vitória. Numa placa está representado um homem-cavalo de orelhas pontiagudas a carregar uma rapariga grega que se tenta libertar dos braços do raptor. Um peito exposto pelo desalinho do vestido deixa poucas dúvidas quanto à situação em que se encontra.

É difícil avaliar como terão reagido os antigos atenienses a este tema. As possibilidades vão do puro deleite visual à reflexão mais profunda inspirada pelo que viam. Graças à análise do contexto cultural mais amplo, os peritos estão mais seguros dos objetivos dos contadores daquelas histórias. Entre outros aspetos, provavelmente queriam que o cidadão ateniense depreendesse um significado oculto daquelas cenas impressionantes. A lenda popular dos homens-cavalos selváticos servia de ilustração, de símbolo de algo mais profundo, nomeadamente do perigo colocado à flor delicada da vida civilizada grega pelas forças dos indomados.

Quando os construtores do Pártenon puseram mãos à obra, os gregos estavam a repensar as suas ideias sobre a civilização e os seus inimigos, na sequência de uma ameaça concreta e real ao seu modo de vida específico: «Avante, homens da Grécia! Libertai a vossa terra-mãe. Libertai os vossos filhos, as vossas mulheres, os templos dos deuses dos vossos pais e os túmulos dos vossos antepassados. Agora, estão a combater por tudo o que possuem.»³ Foi assim que outra peça ateniense, ligeiramente anterior, imaginou o grito de guerra grego na batalha ao largo da ilha de Salamina, perto de Atenas. Aí, uma frota maioritariamente constituída por aliados atenienses conquistou uma vitória decisiva sobre uma armada persa decidida a acrescentar a própria Grécia a um vasto império que já incluía as colónias gregas na costa ocidental da atual Turquia.

Estreada num teatro ateniense apenas oito anos depois (472 a. C.), *Os Persas* foi uma dramatização triunfante por parte de um dramaturgo de Atenas do modo como a corte persa, no Irão longínquo, recebera a notícia totalmente inesperada dessa derrota humilhante. O autor, chamado Ésquilo, apresentou um estereótipo grego do inimigo persa para agradar ao seu público ateniense.

Em dez ocasiões, faz com que os persas se autointitulem «bárbaros» (*barbaros*). Na sua origem, este termo grego significava um falante de outra língua que não o grego. Ésquilo jogou com uma tendência recente de utilizar essa palavra negativamente, no sentido moderno de bárbaro, uma vez que os gregos se sentiam ameaçados por um tipo novo e desconhecido de *não* grego — os persas e o seu imperialismo agressivo.

No decurso da peça, os atores atribuíam um conjunto de traços indesejáveis aos persas, incluindo crueldade, luxo excessivo, demasiada emotividade e servilismo, como demonstrava o seu rei autocrático e os súbditos repugnantes a quem exigia obediência total. Como se depreende daquele grito de guerra, Ésquilo queria que os gregos se vissem como antípodas (e, claro está, superiores) dos persas. Eram livres — os persas eram escravos. Esta ideia de liberdade também surge nas narrativas e debates atuais sobre o que queremos dizer com «civilização». Além da escrita e das cidades (por exemplo), alguns comentadores também consideram a presença da ideia de liberdade como um «critério da modernidade civilizada»⁴.

Entre os gregos da Antiguidade, o substantivo «bárbaro» em meados do século v a. C. estava prestes a adquirir os significados dos seus derivados modernos, «barbárie» e «barbaridade». Os atenienses responsáveis pela edificação do Pártenon tinham em mente este sentido crescente de superioridade face aos não gregos, sobretudo aos persas. Aparentemente, mandaram construir o templo como um troféu para celebrar as vitórias militares gregas sobre os persas. Pediram aos escultores para não representarem batalhas reais, mas que manifestassem, através de parábolas, a ideia grandiosa de que a vitória sobre a Pérsia constituía também uma vitória sobre a ameaça bárbara ao modo de vida (civilizado) grego. Essas narrativas ajudaram a promover um sentido de igualdade, não apenas entre os atenienses, mas entre os gregos em geral: apesar das múltiplas diferenças que

os separavam, a vitória sobre a Pérsia trouxera-lhes um sentido comum daquilo que não eram.

Enquanto pedreiros e escultores laboravam no Pártenon, outra obra de arte (que mais do que se lhe equiparava em termos de novidade e impacto duradouro) tomava forma na mente de um contador de histórias grego. O escritor Heródoto provinha da antiga cidade grega de Halicarnasso, espaço atualmente ocupado pela cidade portuária de Bodrum, na costa sudoeste da Turquia. Heródoto viveu em meados do século v a. C. e escreveu uma longa narrativa histórica em prosa — a mais antiga do mundo no seu género e que chegou até aos nossos dias.

Heródoto descreveu a diversidade cultural dos vizinhos não gregos da Grécia com respeito e imparcialidade. Reconheceu que todas as sociedades humanas têm uma tendência natural para pensar que o seu modo de vida é o melhor.

Pois, se pedissem a todos os povos para escolherem que costumes lhes pareciam melhores, cada um, após deliberação, colocaria os seus em primeiro lugar; a tal ponto estão convencidos de que os seus são de longe os melhores. Por conseguinte, não devemos supor que alguém, à exceção de um louco, troçaria destes aspetos.⁵

A relatividade cultural e o pluralismo deste tipo de raciocínio fazem com que Heródoto pareça, uma vez mais, quase moderno. Registou cuidadosamente tradições que provavam a dívida dos gregos aos não gregos por determinadas características da sua civilização. Declarou que as letras do alfabeto grego foram transmitidas aos gregos por um migrante do mundo dos fenícios (os gregos atribuíam essa designação à população que habitava na costa mediterrânea desde a Síria moderna até ao norte de Israel). Os peritos linguísticos confirmam a origem fenícia do alfabeto grego. Assim, a letra grega *beta* (β), além de parecer semelhante à sua equivalente fenícia *bēt*, dela retirou o seu nome.

Esta abertura a culturas estrangeiras foi uma característica distintiva dos gregos da Antiguidade, a par das transferências tecnológicas que isso permitiu. Mesmo durante as guerras greco-persas de inícios do século v a. C., as atitudes gregas para com os «bárbaros»

demonstraram maior abertura mental do que seria de esperar. O Museu Britânico tem em exposição outro produto das olarias atenienses, um jarro de armazenamento feito por volta de 480 a. C. Num dos lados está representado um jovem a tocar um instrumento de sopro. Por cima da sua túnica de corpo inteiro, tem vestido um colete tecido com um padrão e orlas axadrezados. Esta peça de roupa luxuosa era de inspiração persa. Aparentemente, mesmo enquanto combatiam a força invasora persa, que viriam a derrotar, os cidadãos atenienses adotavam as suas modas orientais.

Logo, o modo como os atenienses da Antiguidade viam o mundo não era totalmente coerente. Atualmente, existem muitas pessoas capazes deste tipo de raciocínio ambivalente, dependendo de onde estão e de com quem estão a comunicar — ou seja, consoante o contexto. Neste caso, pode parecer arriscado que os historiadores generalizem características, atitudes ou valores dos «gregos antigos» no seu todo. Porém, os próprios gregos faziam-no: chegaram ao ponto de se considerar um grupo étnico que partilhava determinados traços culturais. Alguns gregos tinham, uma vez mais, adquirido este sentido de identidade coletiva na época de Heródoto. Foi este autor que preservou a definição mais antiga daquilo que considera «ser-se grego»: «a afinidade de todos os gregos em termos sanguíneos e de discurso, os templos de deuses e os sacrifícios que temos em comum, bem como a semelhança do nosso modo de vida»⁶. Heródoto não revela o que, na sua opinião, originou este sentido de uma ampla comunidade que se considerava grega. Nem defende que os gregos eram gregos porque pertenciam a uma única entidade política. Na sua época, o século v a. C., os gregos viviam em centenas de estados diferentes, frequentemente beligerantes. A civilização grega não era definida por uma organização política de grande escala.

Não obstante, a civilização grega «disseminou-se». Enquanto escrevo, existe uma exposição que viaja incessantemente pelo mundo: Europa, América do Norte, Austrália, Japão... Está em constante movimento porque a devolução destes objetos antigos ao país de origem implica sujeitá-los ao vandalismo islâmico.

Entre os objetos está uma peça de pedra que outrora fez parte de uma fonte pública. O escultor esculpiu-a na forma de uma máscara grotesca, do tipo habitualmente usado pelos atores nas comédias

gregas da Antiguidade (cobrindo toda a cabeça). Neste caso, da boca aberta não jorriam palavras, mas um jato refrescante de água.

Este objeto deve ter servido a função a que se destinava numa comunidade antiga que adotava duas características da civilização grega: o fornecimento público de água e o apetite por assistir a peças de teatro ao estilo grego. Se o jato de água viesse de Atenas, seria um achado bastante comum. Surpreendentemente, os arqueólogos franceses desenterraram-no na fronteira norte do atual Afeganistão, num sítio arqueológico conhecido localmente como Ai-Khanoum.

Datado de inícios do século II a. C., a bica esculpida indica que pessoas com o modo de vida dos gregos da Antiguidade devem, outrora, ter habitado aquela zona inóspita da Ásia Central. A julgar por outros achados, os colonos gregos terão ali chegado por volta de 300 a. C., no seguimento das conquistas asiáticas de Alexandre da Macedónia (falecido a 323 a. C.), trazendo com eles os seus próprios costumes. Os descendentes mantiveram-se naquele local remoto até aos nómadas do Norte destruírem o seu colonato, por volta de 150 a. C.

Os gregos antigos eram, então, migrantes e emigrantes. Celebravam este traço nas suas inúmeras histórias (nem sempre com verdade factual) sobre antepassados que fundaram cidades nos três continentes conhecidos e batizados pelos gregos: Europa, Ásia e «Líbia» (como designavam o Norte de África). Chamavam a esses territórios «colónias longe de casa». Ai-Khanoum é das mais longínquas. Eram uma forma de «disseminação» da civilização grega.

Também havia outra forma. Na Sicília moderna, um dos pontos preferidos no percurso turístico é um templo ao estilo grego, bem preservado, que serviu uma antiga cidade chamada Egesta ou Segesta. Iniciado no século V a. C. e nunca terminado, as colunatas do templo dórico erguem-se atualmente em deslumbrante isolamento numa paisagem de montes e campos. Além da sua beleza, as ruínas são notáveis porque os seus construtores não eram de etnia grega, mas um povo nativo.

Os habitantes de Egesta sentiram-se atraídos por determinados aspetos do modo de vida grego porque, naquela zona da Sicília, tinham como vizinhos colonos da Grécia. Gostavam o suficiente de parte do que viam ao ponto de a adaptarem aos seus propósitos — como acontecera com a adoção de letras fenícias pelos gregos. Os colonos

gregos na Sicília não teriam necessariamente feito um esforço para «disseminar» o seu modo de vida. Os habitantes de Egesta optaram obviamente por absorver aquelas novidades culturais gregas por as considerarem apelativas.

Sociedades vizinhas sem qualquer relação étnica ou «patrimonial» (como diríamos atualmente) com os gregos da Antiguidade acabaram por adotar aspetos relevantes do modo de vida grego, incluindo o idioma. Esta forma de «disseminação» da civilização grega dependeu das escolhas efetuadas por comunidades não gregas. Nessas escolhas, a originalidade e os avanços tecnológicos da criatividade cultural dos gregos devem ter desempenhado um papel significativo no seu encanto.

Alguns académicos detetam um certo nível de semelhança entre esta forma de «disseminação» da civilização grega e a globalização moderna, um termo utilizado para descrever o modo como o intercâmbio cultural promove um mundo mais interligado. Outros identificam, igualmente, a capacidade de se transformar numa «supercultura»⁷, com um alcance geográfico muito superior ao povo que a originou, como o sinal de uma verdadeira civilização.

A Universidade Sorbonne de Paris é uma das mais antigas do mundo. Entre as suas ofertas existem cursos de «civilização francesa», que incluem o ensino de «vários aspetos da cultura francesa». Dado que os franceses identificam a sua cultura nacional como uma «civilização», talvez o facto de o termo em si ser uma invenção recente de um francês não surpreenda. O autor do século XVIII que cunhou o termo *civilização* tinha em mente um grupo de palavras relacionadas em latim, a língua dos antigos romanos, com base no conceito romano de cidadão (*civis*) e a sua responsabilidade para com a sociedade (*civilitas*).

Os romanos conquistaram grande parte do mundo helenófono nos últimos dois séculos a. C. Nesse processo, encontraram o centro nevrálgico da civilização grega. Assimilaram, apropriaram-se e adaptaram o que encontraram. Foram os romanos quem mais fez para transformar a civilização grega numa «supercultura» antiga, tal como definido acima.

Em termos históricos, este processo de transferência cultural foi extraordinário. Afinal, os romanos foram os mestres políticos dos

gregos e orgulhavam-se do que consideravam a superioridade militar romana, comprovada repetidamente no campo de batalha. Nenhum dos outros povos subjugados do seu império multiétnico tinha tradições culturais que os romanos considerassem minimamente apelativas, muito menos que quisessem imitar — ou aperfeiçoar. Sem a atração desmedida dos romanos durante os primeiros séculos da era cristã, o legado da Grécia não teria de forma alguma sido preservado e cultivado ao ponto em que foi.

Ao contrário dos gregos, que exploravam a sua ideia de *bēmerotēs* através das muitas histórias que contavam, os romanos não tinham um termo equivalente para «civilização». Assim, as suas atitudes para com o tema são difíceis de especificar. Uma sala do museu arqueológico de Istambul dá uma ideia da evolução do seu pensamento. Proporciona uma declaração visual aos visitantes do que, num determinado momento, as pessoas importantes do estrato dirigente do Império Romano consideravam civilização, bem como do seu relacionamento com o imperador.

Um homem de mármore, de tamanho superior ao real, equipado com a armadura de um comandante-chefe imperial, ergue-se com um pé em cima de um inimigo subjugado, vestido de calças, indicando que se trata de um bárbaro. O significado pretendido pela estátua está associado à cena que decora a couraça deste imperador romano. Num estilo arcaico que sugere grande antiguidade, mostra a figura de uma deusa em pé, também ela armada. A cobra de um dos lados e o mocho do outro eram os atributos de Atena, a deusa protetora de Atenas. Deve ser ela quem aqui está representada. Os pés desta Atena pairam sobre outras figuras — uma loba que amamenta dois bebês.

O escultor desconhecido criou aqui uma imagem que, à semelhança das esculturas do Pártenon, tem um nível oculto de significado, ou pelo menos velado. A loba é o animal da lenda romana que amamentou os gémeos Rómulo e Remo. Estes foram os fundadores mitológicos de Roma. Atena parece aqui simbolizar Atenas. Representa a cidade grega que os romanos viam, acima de todas as outras, como geradora de elementos básicos da vida civilizada como a agricultura e o primado da lei, bem como a mais refinada manifestação da civilização grega no que poderíamos chamar humanidades e ciências.

A figura atemorizada vestida de calças debaixo do pé do imperador mostra que os romanos também assimilaram o estereótipo negativo grego do «bárbaro». No mundo romano do século II a. C. (o imperador de barba é Adriano, que governou entre 117 e 138 a. C.), os bárbaros ameaçadores ainda viviam junto às fronteiras do império.

As narrativas modernas sobre civilização mostram-se relutantes em dispor os povos numa hierarquia de mais ou menos «civilizado». Os romanos, na sequência dos gregos, não tinham esses pruridos. Conscientemente ou não, os seus governantes encontraram na ideia do bárbaro um meio de promover um sentido de identidade entre os súbditos multiculturais de Roma, ao enfatizar o que nenhum deles era. A estátua é um elemento de propaganda. A sua «mensagem» parece ser destinada às classes cultas, sobretudo aqueles que se consideravam herdeiros culturais de Atenas dos séculos IV e III a. C.

A estátua destinava-se a assegurar a esses indivíduos que o imperador romano se identificava com os seus valores culturais. A postura agressiva insinuava que utilizaria a força para defender esses valores dos ataques exteriores. Esta imagem proporcionava uma justificação para impostos, legionários e domínio imperial. Este tipo de estátua é, provavelmente, o máximo que os romanos se aproximaram da identificação do estado com a defesa da civilização. No entanto, a imagem em si é bélica, violenta, um pouco «bárbara» até.

O próprio Adriano descendia de uma família rica de imigrantes italianos que se estabelecera na Península Ibérica. Como era a norma da sua classe social na sociedade romana, uma educação dispendiosa imergira-o na civilização grega. O seu entusiasmo pessoal pela cultura grega e os respetivos valores está patente neste trecho de um autor romano muito posterior, que apresenta Adriano em termos lisonjeiros como um intelectual e prodígio artístico:

Dedicou-se a fundo aos estudos e costumes dos atenienses, dominando não apenas o seu idioma, mas também as outras disciplinas: o canto, a lira e a medicina, a música e a geometria; era pintor e escultor de bronze ou mármore, quase ao nível de um Policleto ou Eufranor. Assim, era tão bem-sucedido em todos os aspetos dessas áreas que a natureza humana raramente conseguiu produzir uma obra de tamanha distinção.⁸

O reinado de Adriano correspondeu a um período de cerca de oitenta anos (98-180 d. C.), que um historiador do século XVIII especialista no Império Romano, o britânico Edward Gibbon, considerou a era da história mundial em que a raça humana foi «mais feliz e próspera». Atualmente, muitos académicos tentariam ser mais cautelosos. Poderiam salientar uma quase ausência daquilo a que hoje chamaríamos «justiça social» no Império Romano, para não falar da presença generalizada da escravatura. A «prosperidade» de Gibbons estava reservada, sobretudo, a uma pequena elite imperial. Ainda assim, o Império Romano manteve-se por vários séculos.

O que há de mais precário do que os males que rodeiam agora o mundo habitado? Ver um povo bárbaro do deserto a ocupar o território de outro e o nosso modo de vida civilizado consumido por seres selvagens e indomesticados, que de humanos só têm a aparência.⁹

O autor deste lamento, escrito em grego, era um monge cristão chamado Máximo. Nasceu em território romano, nos atuais Montes Golã, e escreveu estas palavras por volta de 640 d. C. — cinco séculos após Adriano ter dado o nome «Palestina» a essa parte do Império Romano. Máximo alude a uma nova potência a oriente, agressiva e bélica, o califado muçulmano, decidido a conquistar o que restava do Império Romano. Quando os exércitos árabes conquistaram Jerusalém em 637 d. C., a Palestina, pátria de Máximo, deixou de ser território romano.

Nesta altura, o Império Romano já não era um estado pan-mediterrâneo. Os seus imperadores governavam, agora, a partir de Constantinopla, uma nova capital imperial fundada no Bósforo em 324 d. C. Os romanos foram incapazes de preservar o domínio imperial na Europa Ocidental. Aí, uma migração de grande escala iniciada a partir da década de 370 d. C. estava a ajudar a estabelecer as bases de um mundo novo, «medieval».

Este livro centra-se no mundo antigo. Apresenta a minha narrativa pessoal, desenrolando-se em ordem mais ou menos cronológica, sobre os inícios e o desenvolvimento de duas sociedades concomitantes da Antiguidade, a grega e a romana, que nos deram a «civilização clássica». Destina-se a leitores suficientemente interessados no

tema para começarem a ler esta obra, mas que possuam poucos ou nenhuns conhecimentos das disciplinas de Clássicas ou História da Antiguidade.

Uma vez que o tema é tão vasto, a história apresentada tem de ser seletiva. Este livro concentra-se na apresentação de um contexto histórico atualizado para as criações culturais da Antiguidade Clássica, ainda relevante para alguns de nós, desde obras de arte, teatro e aquele que é considerado o primeiro computador (discutido no Capítulo Dezasseis), no lado grego, às *villas* e cidades do Império Romano, cujos vestígios sugerem uma qualidade de vida quotidiana que ainda nos pode deslumbrar.

Além disso, enfatiza uma escala de interação criativa com os povos vizinhos que, na maioria dos casos, estimulou a inovação cultural. Isso incluiu as influências orientais subjacentes a grande parte do florescimento cultural das primeiras cidades-estado gregas (séculos VII-VI a. C.) e a adoção, já referida, de muitos aspetos da civilização grega por parte dos romanos, numa escala que é passível de comparação com, por exemplo, a «ocidentalização» Meiji do Japão (1868-1912).

É difícil pensar em alguma grande civilização da história mundial que não apresente a contradição inquietante de um enorme sucesso no domínio da cultura associado a um qualquer tipo de opressão de outros seres humanos com o aval estatal. Neste âmbito, as sociedades gregas e romanas da Antiguidade comportaram-se de formas que atualmente nos podem parecer rudes. Além disso, travaram guerras intermináveis. Este livro procura evitar a visão ingénuo com que, nomeadamente, os vitorianos gostavam de interpretar as «glórias» e «grandiosidade» da Grécia e Roma antigas. Eram os herdeiros de uma tendência de longa data entre os europeus, iniciada no Renascimento, para conceder um respeito e autoridade exagerados a Grécia e Roma — ou seja, a considerá-las «clássicas».

Na minha opinião, porém, os escritores devem explicitar a sua propensão. Este livro demonstra uma clara admiração perante os feitos da Grécia e de Roma da Antiguidade, pois narra a extraordinária história destas civilizações interligadas.

